

Entrevistas

Quarta, 02 de janeiro de 2013

Nova classe média: um discurso economicista.

Entrevista especial com Jessé de Souza

“O que se pensa hoje é o mesmo que se pensava há sessenta anos. Não aprendemos nada”, declara o sociólogo.



“Esse conceito de classe média, que tudo abrange, serve apenas para encobrir conflitos e injustiças sociais de todo tipo. Para essa versão dominante: ‘classe média’ é apenas um amontoado de ‘indivíduos’ que competem em igualdade de condições pelos recursos sociais escassos”. É assim que o sociólogo **Jessé de Souza** interpreta a ascensão econômica da chamada “nova classe média” brasileira. Na entrevista a seguir, concedida à **IHU On-Line** por e-mail, ele assegura que as intenções em **expandir a classe média** são “boas”, mas há de se considerar o “tamanho do desafio que se enfrenta”.

Na avaliação de **Souza**, “o discurso sobre a ‘nova classe média’ é problemático posto que é irremediavelmente ‘economicista’”. Considerar apenas a **ascensão econômica** a partir do aumento salarial, enfatiza, resulta “encobrir conflitos sociais e justificar com recursos pseudocientíficos o mundo injusto como ele é”. Para o sociólogo, a dimensão econômica das classes sociais não pode ser “dissociada de todos os outros fatores. (...) É por conta disso que nenhum autor importante jamais tenha definido classe social apenas por seu aspecto econômico. Essa construção é absurda e não faz o menor sentido.” E dispara: “Temos a tendência de achar que o mero crescimento econômico por si só trará todas as mudanças de que o país precisa. Que isto não é verdade já foi mostrado de modo claro como luz do sol. O Brasil cresceu mais que qualquer outra sociedade entre 1930 e 1980 e manteve teimosamente seus excluídos sociais”.

Jessé de Souza é graduado em Direito e mestre em Sociologia pela Universidade de Brasília, doutor em Sociologia pela Karl Ruprecht Universität Heidelberg, Alemanha e livre-docente em Sociologia pela Universität Flensburg, Alemanha. É professor de Sociologia na Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF.

Confira a entrevista.



sendo feito para atingir essa meta?

Jessé de Souza (foto) – Para um país com tantos pobres como o nosso, essa é uma meta muito elogiável. Acho também que **a presidente é sincera e tem boas intenções**. No entanto, esse plano só é razoável para além das boas intenções quando se tem ideia do tamanho do desafio que se enfrenta. E quanto a isso eu tenho minhas dúvidas. O discurso sobre a “nova classe média” é problemático posto que é irremediavelmente **“economicista”**. E quando a presidente fala isso, acho que ela está falando com o idioma de uma esfera pública colonizada e economicista. Isso é uma faca de dois gumes. Por um lado ela se torna compreensível – na media em que se expressa na semântica dominante –; por outro lado, ela ajuda a reproduzir um discurso que é falso e oportunista.

O discurso sobre a “classe média” ou de “nova classe média” é falso de fio a pavio. Sua única verdade é ser “oportuno”, e, como ele é falso, “oportunista”. Primeiro porque esse uso oportunista do **conceito de classe média** faz parte de um discurso mais geral no qual se nega a “luta de classes” ou – para os espíritos sensíveis que desmaiam ao ouvir este nome –, que negam todo tipo de reprodução do privilégio social injusto. Esse conceito de classe média, que tudo abrange, serve apenas para encobrir conflitos e injustiças sociais de todo tipo. Para essa versão dominante: classe média é apenas um amontoado de indivíduos que competem em igualdade de condições pelos recursos sociais escassos. O acesso ao consumo – não só no Brasil, mas em todo lugar onde esta ideia logrou se firmar como “crença coletiva” – é o ponto decisivo. Para que isso aconteça com sucesso, é necessário se utilizar do conceito de classe média pelo seu valor de face: pelo “sentimento” de inclusão que ele proporciona. É isso que acontece não apenas com o discurso da presidente, mas também com toda a discussão pública do Brasil de hoje.

Invisibilidade da luta de classes.

Como a “invisibilidade da luta de classes”, ou seja, a divisão entre privilegiados de um lado e humilhados do outro – o aspecto mais importante da dominação social nas sociedades contemporâneas –, o economicismo é, na verdade, apenas parte de um processo de violência simbólica que fragmenta a realidade de tal modo que se torna impossível estabelecer uma hierarquia clara das questões mais importantes. Como em sociedades modernas e formalmente “democráticas”, a censura é inadmissível, a dominação social que tende a perpetuar todos os privilégios injustos tem que criar falsas questões, todas tratadas superficialmente, para que aquelas realmente fundamentais jamais venham à tona. Os homens e mulheres comuns – todos nós – têm que ser mantidos usando apenas uma pequena parte de sua capacidade de reflexão para que a sociedade funcione de modo tão injusto como a nossa. Um bom exemplo basta. Quando se fala de classes sociais no Brasil, ela é sempre ligada à renda das pessoas. Não é uma mentira completa porque **existe uma diferença também de renda entre as classes**. Mas ao se concentrar num vínculo arbitrário e secundário, essa associação, feita por quase todos, termina por encobrir o principal. Ao se encobrir o principal, a causa última dos privilégios injustos nunca pode ser efetivamente percebida. Podem-se criar “bodes expiatórios” e falsas explicações de fio a pavio. É disso que os privilégios precisam para se perpetuar. A fabricação diferencial de indivíduos, pelo pertencimento a distintas classes sociais, nunca pode vir à tona posto que ela mostra a mentira da meritocracia como “milagre do talento individual” como justificativa da desigualdade. Portanto, tem-se que se arranjar um jeito de se fazer de conta que se fala de classes para não se falar realmente delas.

A associação de classe à renda serve precisamente a isso. Tomemos um professor universitário iniciante que ganhe 6 mil reais. Tomemos agora um trabalhador qualificado que monitora os robôs da Fiat, em Minas Gerais, que também ganhe algo em torno de 6 mil reais mensais. Todas as escolhas dessas pessoas vão ser, com muita probabilidade, muito distintas, desde a mulher que escolhem, os amigos, o tempo de lazer, as roupas que compram, o padrão de consumo, os livros que leem etc. Quando muito elas vão poder conversar sobre futebol entre si. Qual o sentido de se dizer que essas pessoas são da mesma classe porque ganham um salário semelhante? Ajuda a nossa compreensão de alguma delas estabelecer esse tipo de relação?

Quando se percebe **as classes economicamente**, pelo salário, pelo resultado do processo e esquecendo, portanto, a “gênese social das diferenças individuais”, o que se faz é encobrir conflitos sociais e justificar com recursos pseudocientíficos o mundo injusto como ele é. No caso do Brasil isso equivale a um crime social: o de ajudar no abandono já secular de dezenas de milhões de pessoas sem culpa na própria miséria que foi socialmente construída e legitimada. Pior ainda. Como são os humilhados os que menos têm capacidade de reação – seja cognitiva seja política – contra essas “ideologias das meias-verdades”, eles próprios acreditam na própria culpa individual de seu “fracasso”. Suprema ironia de toda dominação aceita e legitimada: a própria vítima do abandono social se vê como “individualmente” culpada de sua própria miséria, como se alguém pudesse “escolher” ser humilhado e pobre. Sem essa fabricação do pobre indolente e burro não compreendemos os 200 anos de um Brasil com “gente” de um lado e “subgente” de outro.

IHU On-Line – O senhor compartilha da compreensão de que a classe média não é só determinada pela renda, mas também por outros aspectos que levam em conta condições sociais, culturais etc. Concorda que está se criando uma “fantasia” em torno do que denominam classe média?

Jessé de Souza – O nome “fantasia” é perfeito porque “mentira” sugere “intenção” e, portanto, maldade, dolo. Na verdade, acho que o contexto geral é de uma “fantasia compartilhada” envolvendo até muita gente com boas intenções.

Quando os defensores do conceito de nova classe média reconhecem a impropriedade sociológica desse conceito – como muito corajosamente assumiu o professor Marcelo Neri, por exemplo, em entrevistas a jornais – e se defendem com a proposição absurda de uma “classe social econômica”, na verdade, apenas aprofundam o problema. É claro que existe uma dimensão econômica das classes sociais, mas ela não pode jamais – sob pena de se tornar incompreensível – ser dissociada de todos os outros fatores bem lembrados em sua pergunta. É por conta disso que nenhum autor importante jamais tenha definido classe social apenas por seu aspecto econômico. Essa construção é absurda e não faz o menor sentido como iremos ver.

Esse absurdo conceitual não é apenas central para uso de debates acadêmicos sem importância para a vida prática. A forma como denominamos as coisas é muito importante para a “legitimação da vida cotidiana” com todas as suas injustiças. Dependendo da forma como se percebe a realidade, escondemos sofrimento, dor e injustiça, que passam a ficar sem expressão possível. Daí que a **dominação social no mundo moderno** seja, antes de tudo, simbólica, ou seja, uma batalha pelos meios adequados de fazer valer uma certa interpretação da realidade que constanja e convença como se verdade fosse, inclusive quem perde com essa mesma interpretação. Nesse tema da “nova classe média” no Brasil se esconde uma luta pela interpretação legítima da realidade, que diz o que e quem deve estar em foco e o que e quem deve ser relegado às sombras, que diz quem deve continuar usufruindo privilégios e quem não.

O decisivo aqui é que a renda não apenas não define o pertencimento a uma classe social como também não esclarece nada de importante acerca da gênese e da reprodução dessa classe no tempo, que são as duas questões mais interessantes posto que, apenas elas, nos esclarecem acerca daquilo que o mundo – e a reprodução de todos os privilégios injustos preservados e “eternizados” precisamente por leituras superficiais deste mundo – não quer que saibamos.

Classe social

A classe social implica uma forma específica de perceber e atuar no mundo em todas as dimensões, ou seja, o pertencimento de classe constrói uma “condução da vida” muito singular, e isso não pode jamais ser inferido a partir do nível de renda. É claro que indivíduos que estejam em uma mesma “situação de classe” vão tender – longe de ser verdade em todos os casos – a ter um padrão de renda semelhante. É isso que vai explicar o fato de que as “fantasias sociais”, como a associação de classe a renda, antes de serem “mentiras”, sejam “meias-verdades”. Afinal, alguma espécie de ancoragem no mundo real elas têm que ter para nos convencer, posto que existe um limite até para nossa tolice. E como o “mistério” da produção e reprodução das classes sociais (ou seja, a produção e reprodução de **indivíduos desigualmente aparelhados** para a competição social) é o segredo mais bem guardado de toda sociedade moderna (cuja legitimação fundamental é precisamente a “igualdade de oportunidades”, ou seja, a “igualdade” básica entre todos), isso explica por que essas “meias-verdades” são repetidas tão exaustivamente por tudo e todos que possuem interesse na reprodução do mundo tão injusto como ele é. Sem elas não poderíamos, por exemplo, pensar em “mérito individual” quando nos comparamos com pessoas que não tiveram as mesmas oportunidades que tivemos e preservar, ao mesmo tempo, nossa “boa consciência” e nosso sentimento de “superioridade” em relação a elas.

Na verdade, o que ocorre com esta associação entre classe e renda é não apenas uma inversão entre causa e efeito,

mas o produto perfeito de uma percepção rasa e superficial do mundo de fio a pavio. Tudo funciona como se a renda fosse resultado da competição justa entre todos os indivíduos, os quais, depois, são associados a “níveis de renda” específicos. Esses níveis de renda diferenciais, por sua vez, explicariam então o acesso diferencial ao consumo e, finalmente, a construção de estilos de vida diferentes explicados precisamente pelo acesso a uma renda diferencial.

Isso é falso em tudo que diz posto que o “estilo de vida” diferencial que explica todas as nossas escolhas – e não apenas àquelas de consumo – são construídas pelas heranças emocionais, cognitivas e afetivas que são, sempre e em todos os casos, uma herança familiar e, portanto, uma herança de classe. O “economicismo” pressupõe o indivíduo já adulto, sem passado, sem família e sem classe, capaz de efetuar escolhas econômicas racionais. Esse é outro produto de uma visão rasa e míope. Na verdade, a produção do indivíduo – tanto como indivíduo de uma classe quanto da singularidade possível nessa classe – é feita na mais tenra idade. Pode-se mudar este destino em um ou outro ponto, mas essa mudança é sempre limitada e mesmo quando ela é possível ainda mostra o rastro de onde viemos. São os modelos afetiva e – diria a psicanálise – inconscientemente “incorporados” como formas de agir, reagir, refletir ou não refletir, gostar ou não gostar, que irão nos moldar em literalmente todas as dimensões da vida desde o tipo de roupa ou de comida de que se gosta ao tipo de parceiro sexual em relação ao qual sentimos desejo.

Consumista desejante

É claro – mais uma vez as meias-verdades – que um acesso a uma renda maior pode nos fazer ir ao espaço se gostamos de aventuras perigosas. Mas o “gosto por aventuras perigosas”, que é o único fator importante aqui (afinal, é o que, junto de outros fatores, singulariza a pessoa da qual falamos), não é “criado” pelo acesso à renda. O indivíduo do “economicismo” é o “**consumista desejante**”, supostamente o que nós todos somos, com gostos semelhantes e que vê a vida do mesmo modo.

Na realidade, somos muito diferentes entre si. Os brasileiros pobres, por exemplo, que chamei de “ralé” provocativamente em estudo recente, sequer percebem o tempo do mesmo modo que a classe média. É uma classe que vive o “aqui e o agora” e, portanto, não desenvolve o pensamento prospectivo, ou seja, não percebe o futuro como mais importante que o presente. Quem não pensa no futuro e não o planeja literalmente “não tem futuro”. Essa mesma classe, por falta de exemplos e estímulos, em boa parte pelo menos, também não desenvolve a faculdade da “concentração” na escola, como inúmeras entrevistas nos mostraram, faculdade esta que imaginamos tão “natural” quanto a de andar e respirar. São todas capacidades “aprendidas” por socialização diferencial de classe. Quando se pensa na escola sem se pensar na socialização pré-escolar não se percebe este fato central. É o mesmo tipo de visão economicista, raso e enganador sobre o mundo, que jamais nos ajuda a compreender por que a sociedade funciona precisamente do jeito que ela funciona, nem muito menos como ela se tornou o que ela é.

Se compreendermos coisas assim, compreenderemos também, de verdade, como as classes são “produzidas” diferencialmente. Um jogador de futebol da “ralé” que tem acesso a uma renda muito alta em pouco tempo pode se comportar em relação a isso – seu comportamento econômico como consumidor, por exemplo – de modo muito diferente do que alguém da classe média. O “economicismo” não tem nada a dizer sobre fenômenos deste tipo, posto que, no seu esquema, todos os seres humanos só se distinguem pela renda diferencial. É por conta disso que, também, só podemos compreender a segunda questão importante para a compreensão das classes sociais, a sua reprodução, se compreendermos também como os discursos redutores e superficiais da realidade, como o “economicista” a frente de todos os outros, ganha a proeminência e logra se tornar lugar comum, aceito por todos nós. É porque aceitamos um discurso dominante tão raso e enganador que o mundo e suas injustiças tendem a continuar e se reproduzir.

IHU On-Line – O que o conceito “nova classe média” demonstra sobre a política governamental do PT na presidência?

Jessé de Souza – Demonstra que, apesar das **efetivas melhoras** que os governos petistas produziram no país nos últimos anos, o **PT** é vítima – assim como os partidos liberais e conservadores – do mesmo “economicismo” que domina a esfera pública brasileira e o nosso horizonte mesmo de reflexão. É uma pena que tenhamos uma esfera pública tão empobrecida que seus limites sejam os limites da – sempre mesquinha, posto que mais interessada na própria reprodução do que na inovação e produção de uma agenda nova – disputa partidária.

IHU On-Line – Quais são as características da nova classe trabalhadora brasileira?

Jessé de Souza – Nossa pesquisa, que foi uma primeira aproximação do problema, procurou dar conta da especificidade dessa classe nova no capitalismo contemporâneo comparando-a com as outras classes que se localizam na sua fronteira acima e baixo e comparando-a, também, com a classe trabalhadora tradicional, “fordista”, que ainda

trabalha em grandes unidades produtivas, possuem maior proteção social e que certamente irá continuar em diversos ramos da indústria moderna. Uma correta percepção dos “emergentes” exige que percebamos o “tipo humano” e seu modo específico de “estilo de vida” – com dramas, tragédias, sonhos e capacidades singulares – singular a esta classe e não apenas quantificar sua renda como normalmente é feito. É necessário também compará-la tanto com as classes médias “verdadeiras”, sua contraparte “acima”, quanto com os desclassificados sociais – que chamamos provocativamente de “ralé” para denunciar seu abandono – como sua contraparte “para baixo” da escala social. Os “emergentes” que preferimos chamar no nosso estudo de “batalhadores” – nome que usamos para esta classe em homenagem a denominação de **Mangabeira Unger**, que foi o brasileiro que primeiro percebeu a importância deste segmento –, ou “nova classe trabalhadora”, não possuem nenhum dos privilégios de nascimento da classe média verdadeira. Muito especialmente o “tempo livre”, que permite a apropriação de “conhecimento útil e altamente valorizado” – chamado por **Pierre Bourdieu** de capital cultural –, caracterizador da classe média verdadeira. Se a apropriação privilegiada de capital econômico marca as classes altas, é a apropriação privilegiada de capital cultural, seja técnico ou literário, o que marca tipicamente as classes médias modernas.

Os “batalhadores”, em sua esmagadora maioria, tiveram que trabalhar desde muito cedo, estudaram em escolas públicas, e estudam, quando estudam, em universidades privadas à noite. Sem acesso aos conhecimentos altamente valorizados que permitem a reprodução do mercado e do Estado – que garantem bons salários e muito reconhecimento social e prestígio às classes médias –, os batalhadores compensam esta falta com extraordinário esforço pessoal trabalhando sob condições penosas, sem garantias sociais, em atividades muitas vezes informais sem pagamento de impostos. O que explica essa persistência e capacidade de resistência é a construção de uma sólida “ética do trabalho” que pressupõe a incorporação de disposições como disciplina, autocontrole e pensamento prospectivo, onde o futuro e a busca por uma vida melhor compensa qualquer sacrifício no presente. A “ralé”, que perfaz ainda quase 1/3 da população brasileira, é tão abandonada e desprezada socialmente que tem que cuidar do pão de cada dia tornando-a prisioneira do “aqui e agora”, que é a negação de qualquer perspectiva ou cálculo de futuro. **O que é retirado da “ralé”** – por uma sociedade injusta que a explora como mão de obra barata em atividades corporais para que a classe média possa se dedicar a estudos e empregos rentáveis e prestigiosos – é qualquer perspectiva de futuro. Existem classes literalmente “com futuro” e outras “sem futuro”, o qual precisa ser cuidadosamente calculado e planejado para acontecer. É esse tipo de incorporação de certas capacidades e virtudes que realmente separam as classes uma das outras e não a renda, que é mero resultado da presença ou da ausência desses pressupostos.

Assim, os “batalhadores” – ainda que vários sejam também pequenos empresários – possuem um estilo de vida que se assemelha muito mais ao das classes trabalhadoras – que são sempre classes incluídas na esfera econômica e política – do que das classes médias que pressupõem a incorporação sutil e invisível para o senso comum de uma série de disposições – capacidade de pensamento abstrato técnico ou literário, conhecimento de línguas, socialização que ajuda na produção de relações pessoais vantajosas, etc. –, que juntas produzem a vida privilegiada. Diferentemente da “ralé”, por outro lado, esses novos trabalhadores a “céu aberto” possuem sólida ética do trabalho e perspectiva de futuro, produto tanto de famílias bem estruturadas, ainda que pobres em sua maioria, quanto de socialização religiosa tardia, religiões essas tão pouco compreendidas pelas classes médias estabelecidas.

IHU On-Line – Por que, junto com o crescimento da renda, não foi possível resolver problemas estruturais como saúde, saneamento e educação?

Jessé de Souza – Porque isso exigiria uma verdadeira revolução brasileira, uma revolução de consciência, antes de tudo, que estipulasse outras prioridades e outras hierarquias do que é urgente e necessário. Todas as sociedades que tiveram que lidar com a incorporação de uma população inadaptada para os desafios de uma sociedade moderna o fizeram de modo “consciente”, como os “grandes despertar” de motivação religiosa na história americana, ou a escolarização em massa dos camponeses na França sob a égide do Estado laico. Nós “empurramos o problema com a barriga”. Isso não pode nem vai dar certo.

E este é mais um exemplo de como o “economicismo” superficial nos domina. Temos a tendência de achar que o mero crescimento econômico por si só trará todas as mudanças de que o país precisa. Que isto não é verdade já foi mostrado de modo claro como luz do sol. O Brasil cresceu mais que qualquer outra sociedade entre 1930 e 1980 e manteve teimosamente seus excluídos sociais. O que se pensa hoje **é o mesmo que se pensava há sessenta anos**. Não aprendemos nada.

O real problema do Brasil – ou seja, do que é singular ao Brasil e outras sociedades em situação semelhante – é a incorporação na vida social, econômica e política de cerca de 30% da população que chamamos provocativamente de “ralé”, precisamente por ser tratada como lixo por todos nós – na medida em que **nem consumidores são como os “batalhadores”** da suposta “nova classe média” – e por todas as instituições modernas como o mercado competitivo

para o qual não foram aparelhadas. Não existe um único problema real do Brasil, como o fracasso escolar, a (in) segurança pública, o gargalo da mão de obra, o desamparo na saúde etc., que não seja decorrente do abandono dessa classe. Como essa realidade mais profunda jamais é percebida, as promessas de inclusão social por meio de estímulos apenas econômicos também jamais irão se concretizar de verdade.

IHU On-Line – Que avaliação faz dos gastos sociais no Brasil? Essa classe trabalhadora tende a continuar ascendendo econômica e socialmente?

Jessé de Souza – Houve uma sensível melhora na quantidade e na qualidade dos gastos sociais no Brasil nos últimos dez anos. No entanto, tanto sua quantidade quanto sua qualidade ainda deixam muito a desejar.

A política social no Brasil erra tanto em relação à “ralé” quanto em relação aos “batalhadores”. Em relação à “ralé”, como os estímulos são apenas econômicos – ou seja, imagina-se que as classes populares percebem o mundo e se comportam como os técnicos de classe média que imaginam essas políticas – elas deixam de fora pelo menos 30% dos brasileiros que nunca foram efetivamente pensados na sua especificidade e na sua miséria singular, a qual se dá muito além da miséria econômica, e na realidade é a sua causa verdadeira, e abrange, na realidade, todas as dimensões da vida. Enquanto essa consciência não existir, qualquer sonho de “sociedade de primeiro mundo”, ou sociedade de classe média, também não existirá.

Ela erra também em relação aos “batalhadores”, os quais precisam ser compreendidos e estimulados, antes do que “ajudados”. Do que se escreve acerca desta classe se limita, na enorme maioria dos casos, a descrever a sua força como novo consumidor. A enorme maioria dos estudos é, portanto, muito especialmente nos estudos do governo, “economicista”. Pouco se conhece acerca de como essa classe se estrutura e como ela se comporta. Nosso próprio estudo que se concentrou nesse tema foi uma primeira aproximação que exigiria estudos posteriores, como dito acima. A imensa maioria dos outros estudos sequer possui essa intenção.

Isso revela muito de nosso desconhecimento acerca de nós mesmos e do esquecimento dos setores populares como um todo no Brasil. Mesmo que todas as boas novidades da última década tenham vindo pelo esforço praticamente solitário da parte de baixo da sociedade brasileira, o dinheiro público – uma crítica que Mangabeira Unger sempre fez e encontrou sempre ouvidos surdos – de um **BNDES**, por exemplo, é direcionado a grandes empresas e não ao empreendedorismo popular, que já mostrou a todos que, se devidamente apoiado, pode construir um Brasil diferente. O futuro dessa classe – e de todos nós – depende também disso.